

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.173 - SP (2019/0017073-7)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**AGRAVANTE** : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PROCURADOR** : MARCIO YUKIO SANTANA KAZIURA E OUTRO(S) - SP153334  
**AGRAVADO** : 1000 MARCAS EIRELI  
**ADVOGADOS** : ABRÃO MIGUEL NETO - SP134357  
CAROLINE CHINELLATO ROSSILHO E OUTRO(S) - SP350063  
VLADIMIR AUGUSTO GALLO - SP274757

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284 DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVOS LEGAIS. QUESTÃO DECIDIDA NA ORIGEM COM ENFOQUE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA Nº 280 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo manejado pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de decisão que negou admissibilidade ao recurso especial em razão da ausência de ofensa ao art. 1.022 do CPC e por entender que o posicionamento adotado pelo acórdão recorrido não contraria a legislação apontada como violada.

A agravante insurge-se contra a decisão agravada reiterando a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC e aos arts. 111 e 155-A, do CTN. Alega que a adesão a parcelamento fiscal sujeita o contribuinte à legislação relativa ao benefício, no caso, no ponto em que trata da atualização e do cálculo dos juros incidentes sobre o débito.

Requer o conhecimento e o provimento do agravo para que seja analisado o recurso especial.

Contrarrazões às fls. 286-299 e-STJ.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

A agravante impugnou adequadamente os fundamentos da decisão agravada, razão pela qual conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

Inicialmente, registro que a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC foi realizada de forma genérica, sem a explicitação das teses ou dispositivos legais sobre os quais o acórdão recorrido teria deixado de se manifestar, o que impossibilita o conhecimento do recurso especial no ponto, haja vista a incidência da Súmula nº 284 do STF, *in verbis*: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não*

*permitir a exata compreensão da controvérsia."*

Quanto ao mérito, melhor sorte não assiste à recorrente.

É que a questão da incidência da Taxa Selic na hipótese foi resolvida pelo Tribunal de origem sob o fundamento de inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.918/2009, que deu nova redação à Lei Estadual nº 6.374/1989.

Dessa forma, não é possível a esta Corte infirmar o acórdão recorrido no ponto, seja porque o tema foi enfrentado com enfoque eminentemente constitucional, o que afasta a competência desta Corte, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal no âmbito do recurso extraordinário, seja porque a aferição de aplicação ou não de legislação estadual na hipótese, ainda que a pretexto de ofensa aos arts. 111 e 155-A, do CTN, os quais não foram objeto de prequestionamento na origem (Súmula nº 211 do STJ), demandaria exame de matéria local inviável em sede de recurso especial em razão do óbice da Súmula nº 280 do STF, *in verbis*: "*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário*".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator